

Ecopolítica. Governamentalidade planetária, novas institucionalizações e resistências na sociedade de controle.

Força de Pacificação e Copa do Mundo

Planejamento Estratégico de Segurança para a Copa do Mundo

Para sediar a Copa do Mundo de Futebol de 2014 o Ministério da Justiça lançou em janeiro de 2012 o *Planejamento Estratégico de Segurança para a Copa do Mundo FIFA Brasil 2014*¹ com a finalidade de garantir uma eficiente prestação de segurança pública antes, durante e após a realização do evento. O documento é assinado pela Presidenta da República Dilma Roussef, pelo Ministro da Justiça José Eduardo Cardoso, pelo Ministro do Esporte Aldo Rebelo, pelo Ministro da Defesa Celso Amorim e pelo Ministro Chefe do Gabinete de Segurança Institucional José Elito Carvalho Siqueira.

Entendendo que o mundial necessita de uma operação de segurança em âmbito internacional, o planejamento na área foi realizado em parceria com a Gerência Geral de Segurança do Comitê Organizador da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014 para a incorporação de novas estratégias de segurança que contem com “medidas de gerenciamento e resposta em caso de catástrofes naturais, distúrbios civis e quaisquer outros acontecimentos que coloquem em risco a segurança da sociedade ou do Estado” (Ministério da Justiça, 2012: 06).

Com a finalidade de coordenar as novas estratégias de segurança, criou-se pelo Decreto nº 7.538², de 1º de agosto de 2011, a Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos (SESGE), órgão do Ministério da Justiça que visa “planejar, definir, coordenar, implementar, acompanhar e avaliar as ações de segurança pública para os Grandes Eventos, com destaque para a Copa das Confederações da FIFA Brasil 2013, a Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014, além de outros eventos designados pela Presidência da República” (idem: 07).

O objetivo da SESGE/MJ é “articular esforços, promover a integração, a organização e a interoperabilidade de recursos humanos e materiais, das estruturas

¹ Aprovado pela portaria nº 94 em 28 de agosto de 2012.

² Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7538.htm (acesso em 06/12/2014).

organizacionais e direcionar a aplicação de fundos públicos com razoabilidade, eficiência e eficácia, *visando à obtenção de um ambiente pacífico e seguro* para a realização do evento” (ibidem: idem, *grifos meus*). Além disso, destaca-se o legado que as ações e investimentos deixarão para a segurança pública. O documento ainda se apresenta como uma ferramenta de orientação ao monitoramento e à avaliação de impacto e sua efetividade das ações de segurança que podem ser constantemente atualizadas e adaptadas de acordo com as mudanças do cenário nacional e internacional.

Mudanças estas que já aparecem no mesmo documento atualizado no ano seguinte. O *Planejamento Estratégico de Segurança* passa a ser nomeado, na versão publicada em fevereiro de 2013, por *Planejamento Estratégico de Segurança Pública e Defesa para a Copa do Mundo FIFA Brasil 2014*. Nesta nova versão a palavra “defesa” passa a acompanhar sempre a palavra “segurança”. Uma comparação inicial possibilita identificar a redação atualizada do documento anterior, acoplando a Lei Complementar nº 136³, de 25 de agosto de 2010, alterando a Lei Complementar nº 97⁴, de 9 de junho de 1999 que “dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas” para criar o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA/MD) e disciplinar as atribuições do Ministro de Estado da Defesa como facilitador da coordenação do *Planejamento Estratégico* junto à SESGE/MJ.

Embora o *Planejamento Estratégico* não cite, a criação do EMCFA/MD já estava prevista na Estratégia Nacional de Defesa promulgada pelo Decreto n. 6.703/2008⁵, em 18 de dezembro de 2008 (ver parágrafo 7 no tópico “Diretrizes da Estratégia Nacional de Defesa” anexo ao decreto). Este decreto sustenta a base utilizada do documento no que se refere ao uso das Forças Armadas para monitoramento e controle do espaço aéreo, do território e das águas brasileiras. Este decreto ainda se mostra relevante no que concerne a exigência do Brasil ampliar sua “participação em operações de paz, sob a égide da ONU ou de organismos multilaterais da região, de acordo com os interesses nacionais expressos em compromissos internacionais” e de promover ações que estimulem o “adestramento de civis e militares ou de contingentes

³ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp136.htm (acesso em 08/12/2014).

⁴ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp97.htm#art15i (acesso em 11/12/2014).

⁵ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/Decreto/D6703.htm (acesso em 09/12/2014).

de Segurança Pública” para se tornar referência nessas operações de paz e também de desminagem humanitária.

A atualização no *Planejamento Estratégico* se justifica por esta implementação conjunta do Ministério da Justiça com o Ministério da Defesa “com o firme objetivo de integrar as ações de segurança privada, segurança pública, defesa civil e de defesa em proveito da Matriz de Segurança e do sucesso da COPA DO MUNDO no Brasil” (Ministério da Justiça e Ministério da Defesa, 2013: 04). Com esta nova configuração, cada ministério fica responsável por áreas específicas de coordenação. A SESGE/MJ enfoca na integração de sistemas; no policiamento dos Centros de Treinamento e Rede Hoteleira; na segurança nos locais de exibição pública, pontos turísticos e fan fests; e na segurança dos portos, aeroportos, estradas e fronteiras. Já o EMCFA/MD fica responsável pela prevenção, repressão e combate ao terrorismo; pela defesa aeroespacial; controle do espaço aéreo; defesa de área marítima e fluvial; fiscalização de explosivos e cooperação nas fronteiras, defesa de estruturas estratégicas; e pelas forças de contingência⁶.

Para evitar a disputa de poder entre as diferentes esferas da segurança representada pelos órgãos dos ministérios envolvidos, o Governo Federal criou o Comitê Executivo de Segurança Integrada Regional (Cesir) a fim de evitar que oficiais gerais, secretários de segurança ou policiais federais disputem por tomadas de decisões, fazendo com que estas forças decidam em comum acordo. O *Planejamento Estratégico* não integra o Cesir, o comitê foi criado posteriormente a última atualização publicada do documento em um momento de disputa pelo poder que se mostrou mais acirrado nos meses que antecederam ao mundial⁷.

Um dos eventos que dão visibilidade ao Brasil internacionalmente para sediar a Copa em 2014 foi a realização dos Jogos Pan-americanos e Parapan-americanos no Rio em 2007, marcando no âmbito das políticas de segurança uma inovação na área que passou a adotar um padrão de inclusão e controle “sob o amplo domínio do Estado

⁶ Para visualizar detalhes da especificidade de cada um desses itens, ver: Ministério da Justiça e Ministério da Defesa. *Planejamento Estratégico de Segurança para a Copa do Mundo FIFA Brasil 2014*. Brasil: Governo Federal, 2013, pp. 29-33.

⁷ “Para evitar brigas na Copa, Dilma vai dividir poder entre militares e polícia”. In: *GI*. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2014/04/para-evitar-brigas-na-copa-dilma-vai-dividir-poder-entre-militares-e-policia.html> (acesso em 07/12/2014).

Democrático de Direito e da proteção aos Direitos Humanos” (Ministério da Justiça, 2012: 11) em detrimento da exclusão e contenção.

Todo o planejamento é focado na integração das instituições de segurança que deve se constituir como legado do evento, sublinhando que “os investimentos públicos realizados nessa área traduzam-se em avanços permanentes para a sociedade, representando um salto qualitativo na redução permanente dos índices de criminalidade” (idem: 13). A SESGE/MJ e o EMCFA/MD, constituído por militares da Marinha do Brasil, do Exército Brasileiro e da Força Aérea Brasileira, ficam como responsáveis para atuar

de forma estratégica na coordenação e na execução das ações nas três esferas de governo. No âmbito nacional, articularão as ações e promoverão a integração das instituições policiais e não policiais envolvidas na segurança, bem como a participação das Forças Armadas e da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN).

A SESGE facilitará a integração das ações dos diversos órgãos nas questões operacionais e de inteligência em parceria com as Secretarias de Segurança/Defesa Social/Defesa Civil, no âmbito estadual e municipal, e com a Gerência Geral de Segurança do Comitê Organizador da Copa do Mundo FIFA BRASIL 2014 no âmbito privado.

Para a realização desses propósitos, unidades integradas de comando e/ou cooperação serão criadas em níveis internacional, nacional, regional e local (fixas, instaladas nos estádios e locais de competição; e as móveis), o que permitirá acompanhar, simultaneamente, a evolução de um ou mais eventos em determinada cidade-sede. A experiência adquirida durante o processo, bem como a infraestrutura montada, ficará como legado para a política permanente de segurança pública (Ministério da Justiça e Ministério da Defesa, 2013: 09).

Esta produção integrada dos órgãos de segurança pública e de defesa pretende se constituir como maior legado para a atividade de Inteligência do Brasil, embora o *Planejamento Estratégico* não especifique os detalhes sobre quais são os planos táticos e operacionais programados pela segurança pública, de defesa e de inteligência sob a justificativa de que devem ser construídos em conjunto com as cidades-sedes dos jogos e posteriormente anexados ao documento de forma sigilosa, podendo sofrer ainda constantes atualizações.

No entanto, o *Planejamento Estratégico* apresenta os eixos das ações principais que os órgãos envolvidos devem focar, sendo eles: Ameaças Externas; Proteção de

Portos, Aeroportos e Fronteiras; e Ameaças Internas⁸. Além das medidas tomadas pela segurança pública, que devem:

1. Propiciar a realização harmoniosa e pacífica dos jogos, mediante a integração das estruturas e processos já aprovados em grandes eventos, tais como o Carnaval, Réveillon, Festivais de Música (Rock in Rio, Festival de Verão, FIFA Fan Fest), Jogos Pan-americanos e Parapan-americanos Rio 2007, 5º Jogos Mundiais Militares CISM do Rio 2011, Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20);

2. Possibilitar a prestação de uma segurança eficaz, baseada nos princípios da proporcionalidade, da discricção e do respeito aos Direitos Humanos;

3. Implementar medidas de ação sistemática contra desordeiros;

4. Prevenir e combater a violência, a criminalidade em geral, o turismo sexual e a prostituição infanto-juvenil, especificamente;

5. Garantir o funcionamento seguro e contínuo da rede de mobilidade urbana;

6. Garantir os primeiros socorros às pessoas feridas e a pronta resposta nos casos de comprometimento da segurança;

7. Garantir o controle dos espaço e tráfego aéreos;

8. Garantir o uso seguro do espectro eletromagnético e cibernético durante o evento;

9. Garantir a segurança das áreas marítimas e fluviais de interesse;

10. Prevenir, reprimir e combater as ameaças de origem terrorista e/ou química, biológica, radiológica e nuclear, e mesmo de artefatos explosivos improvisados;

11. Atuar na segurança da faixa de fronteira, durante os eventos, reprimindo o ilícito e inibindo o ingresso de pessoas e armas não autorizadas no território nacional;

12. Alcançar um grau máximo de harmonização das normas de segurança nos Estados Federados, visando à padronização dos serviços de segurança ofertados aos visitantes;

13. Realizar investimentos que representem avanços tecnológicos duradouros para as áreas de segurança pública e de defesa;

⁸ Para visualizar detalhes das ações estratégicas, ver: Ministério da Justiça e Ministério da Defesa. *Planejamento Estratégico de Segurança para a Copa do Mundo FIFA Brasil 2014*. Brasil: Governo Federal, 2013, pp. 19-20.

14. Assessorar as autoridades com conhecimentos de inteligência relevantes e oportunos⁹.

Quanto à questão dos recursos financeiros utilizados para a aplicação do *Planejamento Estratégico*, o documento não cita valores que o Governo Federal irá conceder às cidades-sedes do Mundial, mas ratifica que as demandas serão atendidas a partir de uma criteriosa avaliação. Segundo levantamentos realizados posteriormente à publicação do documento, a Copa do Mundo custou R\$ 1,9 bilhão ao Governo Federal e envolveu 59,5 mil militares¹⁰. Três quarto deste valor foram destinados à compra de equipamentos e o restante para o custeio dos 14 Centros de Comando e Controle (dois nacionais, com sedes em Brasília e no Rio de Janeiro e 12 nas outras nove capitais que receberam jogos)¹¹. Tidos como a unidade central das forças envolvidas na garantia da segurança do evento, os Centros de Comando e Controle são conectados entre si para dar suporte tecnológico à integração das forças policiais e por isso considerado outro dos legados na área de segurança que o Mundial deixou para o país por permitir a integração do policiamento entre os estados após o evento. Segundo o documento,

Todos esses Centros deverão proporcionar uma imagem fiel e em tempo real do panorama local e global dos eventos e dos recursos envolvidos nas operações e incidentes relacionados à defesa nacional, segurança pública, defesa civil, segurança privada e mobilidade urbana, a fim de embasar a tomada de decisão por parte de todas as instituições envolvidas.

Os Centros de Comando e Controle não podem ser pensados apenas como estruturas tecnológicas no estado da arte, devem explorar, por excelência, procedimentos, protocolos e comunicações previamente estabelecidos e integrados nos diversos níveis de atuação das instituições (Ministério da Justiça e Ministério da Defesa, 2013: 34).

O *Planejamento Estratégico* também sublinha que não será prioridade “a construção e reformas de estruturas físicas e aquisição de equipamentos de uso ordinário, tais como rádios, armamentos letais e equipamentos de proteção individuais (EPIs), exceto em situações específicas” (Ministério da Justiça e Ministério da Defesa, 2013: 22). Contudo, um levantamento realizado pelo Exército a pedido do G1 (site de

⁹ Cf. Ministério da Justiça e Ministério da Defesa, 2013: 15-16.

¹⁰ Cf. Segurança Pública e Defesa. In: *Portal da Copa*. Disponível em: <http://www.copa2014.gov.br/pt-br/brasilecopa/seguranca> (acesso em 05/12/2014).

¹¹ Para ver detalhes destes gastos consulte nos anexos deste material o item: *01. Segurança pública e Defesa*.

notícias do Grupo Globo)¹² mostra que desde a Copa das Confederações em junho de 2013, período marcado por manifestações no país, as instituições policiais estão marcadas pelas chamadas exceções em situações específicas, reforçando seu estoque de armamentos denominados como não letais. Entre junho de 2013 e abril de 2014, mais de 270 mil granadas e projéteis de gás lacrimogêneo e de pimenta, além de 263.088 cartuchos de balas de borracha de vários tipos e modelos foram adquiridos. Os cartuchos de gás servem para serem jogados sobre multidões com lançadores de calibre 12, 38 e 40, permitindo que os policiais não se aproximem muito das pessoas.

Este arsenal “não letal” foi incremento por novas aquisições com foco na previsão de manifestações durante a Copa do Mundo e possui um objetivo bem específico, como afirma o coronel Carlos Alberto de Camargo, ex-comandante-geral da Polícia Militar de São Paulo: "No meio da multidão, o indivíduo se sente mais forte, se sente o super-homem, perde a noção da individualidade. O objetivo das armas não letais é tirar o indivíduo da coletividade, fazer ele ter medo"¹³. Para o coronel, o material adquirido pelos estados que receberam jogos do Mundial mostra como as tropas de choque devem atuar na contenção do que a polícia chama de "distúrbios civis".

Por meio do discurso de que essas armas podem facilitar o uso manual pelos policiais, suas variadas versões com altas concentrações de pimenta para espirrar no rosto, mas preferencialmente nos olhos, dos manifestantes, a polícia aumenta suas parafernália de guerra. Os dados que o Exército concedeu ainda mostram que “as polícias continuam comprando cartuchos de borracha de vários modelos. Alguns deles contêm apenas uma bala, que pode ser amarela ou preta, chamada de ‘precision’. Outros cartuchos incluem múltiplos projéteis esféricos de elastômero, que podem atingir maior velocidade e ferir várias pessoas ao mesmo tempo”¹⁴. Algumas PMs, como é o caso das do Rio de Janeiro, Distrito Federal e Maranhão também compraram munição de tinta não lavável.

¹² Disponível em: <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2014/05/visando-copa-pms-aumentam-estoque-de-armas-nao-letais.html>

¹³ Idem.

¹⁴ Ibidem.

Essa variedade de armas é justificada sob o discurso de garantir a ordem em qualquer ocasião, independente do local em que ocorra a repressão de uma manifestação o objetivo é sempre sua dispersão e a garantia de segurança do evento em questão.

Consta ainda no *Planejamento Estratégico* como a segurança do espaço onde será realizado o evento deve ser distribuída em quatro níveis: aéreo, terrestre, marítimo e cibernético, “cabendo às Forças Armadas um papel fundamental nessas ações, em coordenação com as Forças de Segurança Pública” (Ministério da Justiça e Ministério da Defesa, 2013: 23) para que a segurança em grandes eventos siga as estratégias tanto de prevenção quanto de pronta resposta e retorno rápido à ordem em casos de incidentes ou manifestações que gerem caos nos arredores do evento. Os planos operacionais devem ser construídos localmente, um para cada cidade que sediou o evento, visando integrar todas as tecnologias que já funcionam no Brasil, além de aprimorar o fluxo de informações. As estratégias preventivas se pautam nos riscos identificados pela Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) através da utilização do Sistema de Análise de Risco com Ênfase na Ameaça (ARENA) que objetiva “identificar e avaliar cenários de riscos potenciais, apresentando sugestões de soluções de forma a garantir a continuidade e realização do grande evento” (idem: 26).

Por meio do Ministério do Esporte, o Brasil realizou um trabalho em que articulou informações de torcedores envolvidos em torcidas organizadas tidas como violentas e de suspeitos de envolvimento com o chamado terrorismo a fim de “evitar espectadores indesejados em seus estádios durante os grandes eventos” (idem: 28, *grifos meus*).

Para eficiência das estratégias, além da criação dos órgãos estatais ligados aos ministérios, o *Planejamento Estratégico* conta Projetos Especiais e com a colaboração das Forças Armadas; Polícia Federal; Polícia Rodoviária Federal; Polícias Militares; Polícias Civis; Corpos de Bombeiros Militares; Órgãos Executivos de Trânsito; Guardas Municipais; Juizados Especiais Criminais; Juizados da Infância; Ministério Público; Receita Federal; Infraero e empresas de segurança privada. Os programas de capacitação e treinamento dos envolvidos devem ser realizados pela SESGE/MJ e pelo EMCFA/MD.

Os Projetos Especiais, por sua vez, têm como escopo reduzir os níveis de violência e insegurança que afetam as cidades que sediarão a Copa das Confederações e Copa do Mundo, especialmente intervindo sobre as causas sociais do delito e da violência, promovendo a cidadania, além de melhorar a qualidade da resposta institucional ao fenômeno criminal. O objetivo último

desses projetos é aproveitar a oportunidade de mobilização proporcionada pelos Grandes Eventos para elaborar e implantar uma estratégia de segurança com cidadania que *permita à população o pleno gozo e o exercício integral de suas liberdades e direitos, condições necessárias para o pleno desenvolvimento humano* (Ministério da Justiça e Ministério da Defesa, 2013: 46).

O *Planejamento Estratégico* procura estabelecer alguns planos de segurança que viabilizem a realização da Copa do Mundo e de futuros grandes eventos a serem sediados no Brasil. Evidencia-se nesta publicação a atualização contínua que conta com mudanças a partir do chamado “panorama de riscos” que variam de acordo com a dinâmica da sociedade, dando continuidade a uma política de segurança modular.

Sobre os equipamentos de segurança adquiridos para o Mundial, as informações oficiais não estão publicadas em documento disponibilizado para livre acesso. Mas algumas reportagens encontradas em sites de notícias ou de tecnologia, como já indicado anteriormente em referência dos armamentos chamados de “não letais”, mostram alguns dados relevantes sobre o material comprado especialmente para ser usado no evento.

Das 12 cidades sedes do mundial, a cidade do Rio de Janeiro foi a que mais recebeu recursos da SESGE/MJ para a compra de equipamentos de segurança. Comprados desde 2011, o pacote de segurança custou em torno de R\$ 108 milhões. Já os custos da SESGE/MJ em conjunto com a Secretaria de Segurança Pública do Rio de Janeiro alcançam cerca de R\$ 316 milhões. Os gastos mais elevados na cidade são justificados por conta de outros grandes eventos que serão sediados ali, como as Olimpíadas de 2016. Entre os itens adquiridos, destacam-se:

- *Sala cofre*: É um contêiner que vai proteger os equipamentos de informática e os sistemas de base de dados contra disparos de armas de fogo e intempéries, como desabamento, fumaça e incêndio.

- *Comando móvel*: É um veículo com capacidade tanto de monitoramento por vídeo quanto de gestão de eventos. Foi projetado para poder controlar e gerenciar uma área de interesse operacional como, por exemplo, o centro de treinamento da seleção, em Teresópolis.

- *Plataforma de observação elevada*: Pode chegar a quase 15 metros, com câmeras no ponto mais elevado. É dotada de capacidade de transmitir dados para os

centros de comando e controle móveis ou para os centros de controle fixos (regionais e nacionais).

- *Câmeras aéreas*: São equipamentos com capacidade para filmar em ambientes de luminosidade baixa, normal e em infravermelho térmica instaladas em helicópteros das secretarias de Segurança. As imagens poderão ser transmitidas, em tempo real, para os prédios, centros fixos e centros móveis de comando.

- *Rede wan*: É um serviço de link de dados que vai fornecer internet para os centros de comando e estabelecer a ligação entre os centros regionais e o nacional.

- *Helicópteros*: Trinta e três helicópteros das secretarias de Segurança do país estão sendo equipados com imageadores aéreos, sistemas de rádio e de transmissão de dados para os centros de comando. O número representa um terço das aeronaves policiais em funcionamento no Brasil.

- *Máscaras e armas não letais*: O pacote de segurança, que começou a ser operado no ano passado, durante a Copa das Confederações e a Jornada Mundial da Juventude (JMJ), contém ainda lotes de máscaras e armamento de baixa letalidade.

Além desses equipamentos, a Coordenadoria de Recursos Especiais (Core) da Polícia Civil do Rio de Janeiro investiu na formação de um esquadrão antibomba que também será utilizado, mais tarde, nas Olimpíadas de 2016. Para tal, foram comprados dois robôs, equipamentos de raios X, dois braços robóticos e quatro vestimentas antibomba. A força especial é formada por 40 agentes e “vai atuar em pontos estratégicos como aeroportos, centros de treinamento de seleções, locais de hospedagem das delegações e no Maracanã. O estádio, inclusive, terá um posto avançado do esquadrão, que fará varreduras no campo, arquibancadas, banheiros e demais setores antes de cada jogo – em conjunto com a Polícia Federal”¹⁵.

Com o objetivo de monitorar do céu os eventos da Copa do Mundo, a empresa israelense Elbit Systems fechou um contrato no valor de US\$ 8 milhões com a Força Aérea Brasileira para fornecer um Vant (Veículo Aéreo Não-Tripulado), modelo Hermes 900, e seu suporte logístico. O equipamento é considerado “uma solução exclusiva para missões de inteligência, proteção de fronteira, infraestrutura e locais

¹⁵ “RJ compra equipamentos antibomba para a Copa”. In: *Caderno Polícia, Terra*. Disponível em: <http://noticias.terra.com.br/brasil/policia/rj-compra-equipamentos-antibomba-para-a-copa,8d8ac9bc7b9d5410VgnVCM500009ccceb0aRCRD.html> (acesso em 06/12/2014).

críticos"¹⁶. O Hermes 900 é considerado um equipamento com vantagens operacionais por possuir um conjunto de 10 câmeras de alta resolução que permitem a vigilância de uma região inteira. O SkyEye, nome do software que processa o conjunto de imagens, dispõe de tecnologia que possibilita o monitoramento de diferentes regiões simultaneamente dentro de uma mesma área. Cerca de 10 pessoas são necessárias para operar este equipamento que também pode ser controlado via satélite e possui capacidade de automatizar a decolagem, o voo até o local desejado, o pouso e o destino final.

Outros equipamentos usados em guerras também foram utilizados nos arredores dos estádios durante os jogos do mundial. O Brasil comprou 34 tanques do tipo *Gepard* (blindados que compõem um sistema de artilharia antiaérea criado na Alemanha e comprado pelo Ministério de Defesa brasileiro). Os tanques servem a abater mísseis, aviões, helicópteros ou *drones* suspeitos a até 15 km de distância e com alcance de 3km de altitude. Mesmo usados, os equipamentos possuem tecnologia superior aos tanques das duas únicas divisões anti-aéreas das Forças Armadas brasileiras.

Segundo o Ministro da Defesa, Celso Amorim, tanto o desempenho das Forças Armadas quanto o nível de integração alcançado não apenas entre as três Forças (Marinha, Exército e Força Aérea), como também com os demais agentes governamentais envolvidos na segurança do Mundial, foi destacado por ele como bem sucedido¹⁷. Em evento realizado após o mundial, o Brasil teve seu plano de segurança amplamente elogiado em âmbito internacional. No VI Fórum de Inteligência e Segurança Hemisférica (FISH)¹⁸, realizado entre os dias 18 e 20 de agosto em Santiago de Cali, na Colômbia, representantes civis e militares de agências e departamentos de Inteligência debateram sobre as diversas formas de como melhorar o funcionamento dos

¹⁶ Elad Aharonson. "Conheça o novo drone comprado pela FAB para segurança na Copa do Mundo". In: *Canaltech*. Disponível em: <http://canaltech.com.br/materia/seguranca/Conheca-o-novo-drone-comprado-pela-FAB-para-seguranca-na-Copa-do-Mundo/> (acesso em 05/12/2014).

¹⁷ Cf. "Amorim agradece aos comandantes das Forças Armadas e chefe do EMCFA pelo empenho na segurança da Copa 2014". In: Ministério da Defesa. Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/noticias/13184-amorim-agradece-comandantes-das-forcas-armadas-pelo-empenho-na-seguranca-da-copa-2014> (acesso em 06/12/2014).

¹⁸ "Fórum de Inteligência nas Américas debate ação de Defesa do Brasil na Copa". In: *Ministério da Defesa*. Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/noticias/13466-forum-de-inteligencia-nas-americas-debate-acao-de-defesa-do-brasil-na-copa> (acesso em 05/12/2014).

sistemas Defesa e concluíram que o modelo adotado pelo Brasil corresponde satisfatoriamente às necessidades das políticas voltadas à segurança.

Força de Pacificação nas favelas do Rio de Janeiro

Argumento recorrente que busca justificar a ocupação pelo Estado dos territórios classificados como vulneráveis na cidade do Rio de Janeiro, é aquele do combate ao tráfico de drogas ilícitas. Buscando inovar os programas de segurança destinados a isto, no final de 2008 a Secretaria de Segurança do Rio de Janeiro implantou o Programa das UPPs (Unidades de Polícia Pacificadora). O programa foi articulado pela gestão do secretário de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro José Mariano Beltrame, promulgada pelo prefeito Eduardo Paes e pelo governador Sérgio Cabral, planejado e coordenado pela Subsecretaria de Planejamento e Integração Operacional.

Contudo, sabe-se que a implantação deste programa busca também responder às demandas internacionais por segurança, primordialmente em um momento em que a cidade do Rio de Janeiro passa a sediar mega-eventos (Jogos Mundiais Militares em 2011; Rio+20 em 2012; Copa das Confederações de Futebol e Jornada Mundial da Juventude em 2013; Copa Mundial de Futebol em 2014 e Jogos Olímpicos de 2016).

Neste sentido, este programa também se apresenta como uma política modular por conta de suas constantes atualizações e inovações que visam garantir eficiência e eficácia ao seu funcionamento. Contata-se que após o programa entrar em vigência, leis complementares ao projeto inicial foram sendo anexadas para tal finalidade. Em 2012, por exemplo, o Ministério Público do Rio de Janeiro passou a fazer parte do programa como facilitador das mediações de conflitos entre moradores das regiões com UPP.

Outra inovação foi o estabelecimento de uma coordenadoria para o programa, a CPP (Coordenadoria de Polícia Pacificadora). Criada por meio do Decreto 42787/2011¹⁹, em 06 de janeiro 2011, a coordenadoria tem o objetivo de dirigir estrategicamente as ações realizadas pela UPP e operacionalizar o plano de implantação de cada unidade. A CPP se responsabiliza por realizar uma transição paradigmática de

¹⁹ Disponível em: http://www.normasbrasil.com.br/norma/decreto-42787-2011-rj_158962.html (acesso em 09/12/2014).

um “fazer tradicional de polícia para um fazer moderno e criativo”²⁰ que se baseia no princípio chamado *polícia de proximidade*, buscando uma gestão para se chegar à pacificação “sem necessariamente ter de reproduzir a gestão tradicionalmente militar”²¹.

Há ainda outro elemento que passa a integrar o programa a partir de 2010. A já citada Lei Complementar nº 136²², de 25 de agosto de 2010, que cria o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas do Ministério da Defesa (EMCFA/MD), retoma a disposição sobre as normas gerais para a organização, preparo e emprego das Forças Armadas presente na Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, como já situado anteriormente. Contudo, a lei de 1999 já havia sido atualizada em 2004 pela Lei Complementar nº 117²³, em 2 de setembro de 2004, que acrescenta à Lei Complementar nº 97 os parágrafos 3, 4, 5, e 7 ao Art. 15:

“§ 3o Consideram-se esgotados os instrumentos relacionados no art. 144 da Constituição Federal quando, em determinado momento, forem eles formalmente reconhecidos pelo respectivo Chefe do Poder Executivo Federal ou Estadual como indisponíveis, inexistentes ou insuficientes ao desempenho regular de sua missão constitucional.

§ 4o Na hipótese de emprego nas condições previstas no § 3o deste artigo, após mensagem do Presidente da República, *serão ativados os órgãos operacionais das Forças Armadas, que desenvolverão, de forma episódica, em área previamente estabelecida e por tempo limitado, as ações de caráter preventivo e repressivo necessárias para assegurar o resultado das operações na garantia da lei e da ordem.*

§ 5o Determinado o emprego das Forças Armadas na garantia da lei e da ordem, caberá à autoridade competente, mediante ato formal, transferir o controle operacional dos órgãos de segurança pública necessários ao desenvolvimento das ações para a autoridade encarregada das operações, a qual deverá constituir um centro de

²⁰ Cf. Coordenadoria de Polícia Pacificadora. Disponível em: <http://coordenadoriapp.com.br/conteudo/geral.html> (acesso em 09/12/2014).

²¹ Idem.

²² Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp136.htm (acesso em 08/12/2014).

²³ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp117.htm#art15§5 (acesso em 11/12/2014).

coordenação de operações, composto por representantes dos órgãos públicos sob seu controle operacional ou com interesses afins.

§ 6o Considera-se controle operacional, para fins de aplicação desta Lei Complementar, o poder conferido à autoridade encarregada das operações, para atribuir e coordenar missões ou tarefas específicas a serem desempenhadas por efetivos dos órgãos de segurança pública, obedecidas as suas competências constitucionais ou legais.

§ 7o O emprego e o preparo das Forças Armadas na garantia da lei e da ordem são considerados atividade militar para fins de aplicação do art. 9o, inciso II, alínea c, do Decreto-Lei no 1.001, de 21 de outubro de 1969 - Código Penal Militar". (Lei Complementar nº 117, *grifos meus*).

Acrescenta-se, ainda, à Lei Complementar nº 97 o seguinte artigo:

"Art. 17A. Cabe ao Exército, além de outras ações pertinentes, como atribuições subsidiárias particulares:

I – contribuir para a formulação e condução de políticas nacionais que digam respeito ao Poder Militar Terrestre;

II – cooperar com órgãos públicos federais, estaduais e municipais e, excepcionalmente, com empresas privadas, na execução de obras e serviços de engenharia, sendo os recursos advindos do órgão solicitante;

III – cooperar com órgãos federais, quando se fizer necessário, na repressão aos delitos de repercussão nacional e internacional, no território nacional, na forma de apoio logístico, de inteligência, de comunicações e de instrução;

IV – atuar, por meio de ações preventivas e repressivas, na faixa de fronteira terrestre, contra delitos transfronteiriços e ambientais, isoladamente ou em coordenação com outros órgãos do Poder Executivo, *executando, dentre outras, as ações de:*

a) *patrulhamento;*

b) *revista de pessoas, de veículos terrestres, de embarcações e de aeronaves; e*

c) *prisões em flagrante delito"* (Idem, *grifos meus*).

Com estes novos parágrafos e artigos em vigor, a partir de 2004 o Exército passa a exercer, pela primeira vez após o chamado período de redemocratização, *poder de polícia*. Tal constatação que pode ser feita, sobretudo, em relação às ações de

patrulhamento, revista e prisões que o Exército passa a desempenhar em situações autorizadas. No entanto, será somente com a atualização da lei feita em 2010 que, além do Exército, todas as Forças Armadas (Marinha, Exército e Força Aérea) passam o exercer este *poder de polícia*, tal como indica a revogação do inciso IV do Art. 17-A lei de 2004 e a redação de novo artigo:

“Art. 16-A. *Cabe às Forças Armadas, além de outras ações pertinentes, também como atribuições subsidiárias, preservadas as competências exclusivas das polícias judiciárias, atuar, por meio de ações preventivas e repressivas, na faixa de fronteira terrestre, no mar e nas águas interiores, independentemente da posse, da propriedade, da finalidade ou de qualquer gravame que sobre ela recaia, contra delitos transfronteiriços e ambientais, isoladamente ou em coordenação com outros órgãos do Poder Executivo, executando, dentre outras, as ações de:*

I - *patrulhamento;*

II - *revista de pessoas, de veículos terrestres, de embarcações e de aeronaves; e*

III - *prisões em flagrante delito*” (Lei Complementar nº 136, *grifos meus*).

Contudo, a decisão pelo emprego efetivo das Forças Armadas em Operações de Garantia da Lei e da Ordem é de responsabilidade exclusiva do Presidente da República. A lei complementar não autoriza previamente nenhum tipo de operação.

Não à toa, esta última atualização na Lei Complementar nº 97 de 1999 entra em vigor semanas antes da atuação das Forças Armadas no chamado processo de pacificação do Complexo do Alemão. Uma Força de Paz, também chamada por Força de Pacificação (FPaz), semelhante à que atuou na Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (Minustah) realizou a *Operação Arcanjo*, nome dado à ação de intervenção militar no Complexo do Alemão e da Penha iniciada em novembro de 2010 após o governador Sérgio Cabral ter encaminhado ofício ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva solicitando o emprego das tropas militares. Na ocasião, o presidente deu o aval e a solicitação recebeu apoio do então ministro da defesa Nelson Jobim.

A Força atua a partir do conceito de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) – presente nas leis citadas acima – e contou com a participação de 8.764 militares no período de dezembro de 2010 a julho de 2012, sendo que o efetivo médio empregado

era de 1,3 mil militares, segundo balanço²⁴ realizado ao final da operação pelo Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA/MD).

Esta ocupação militar foi justificada como necessária sob o argumento de que traficantes de drogas ilegais estariam resistindo à implantação do programa de pacificação na região. Dias antes da intervenção militar, a polícia militar e civil, com apoio de fuzileiros navais, já tinha realizado uma perseguição a homens que tentavam sair da Vila Cruzeiro, no Complexo da Penha, em direção ao Complexo Alemão via Serra da Misericórdia, região de mata que liga os dois complexos de favelas. Logo após o episódio, as favelas foram cercadas pelos militares e em seguida foi autorizada a ocupação com tempo indeterminado de saída.

Sob comando, inicialmente, do general Fernando Sardenberg²⁵, a Força é composta por homens da Brigada de Infantaria Paraquedista do Exército, Blindados do Exército e da Marinha, veículos do Batalhão de Operações Especiais da PM (Bope), agentes da polícia federal, militar e civil. O comando é trocado com frequência, aproximadamente a cada três meses sob o argumento de que este rodízio é necessário porque as atividades desempenhadas pela força de paz são intensas e a troca fortalece ainda mais o trabalho da Força de Pacificação²⁶. Quando se troca o comandante, a missão também é substituída. A primeira troca da FPaz nos complexos do Alemão e da Penha foi realizada em fevereiro de 2011, substituindo o general Fernando Sardenberg pelo general Cesar Leme Justo que comanda a 9ª Brigada de Infantaria Motorizada²⁷. Na segunda troca, a 11ª Brigada de Infantaria Leve (GLO) passou a coordenar as ações militares na região sob comando do general de brigada Carlos Mauricio Barroso Sarment²⁸. A quarta troca de contingente do Exército, foi feita pela 4ª Brigada de

²⁴ Disponível em: <http://www.defesanet.com.br/mout/noticia/6681/AMORIM---Trabalho-do-Exercito-no-Complexo-do-Alemao-e-exemplo-de-devocao-a-causa-publica/> (acesso em 11/12/2014).

²⁵ O general participou da missão das Nações Unidas no Haiti comandando o primeiro contingente, de 47 homens, enviado à Porto Príncipe em 2004 para “preparar o terreno” para o restante da tropa.

²⁶ Cf. "Força de Pacificação do Alemão começa a ser modificada". In: Agência Rio de Notícias. Disponível em: <http://www.agenciario.com/materia.asp?cod=89764&codEdit=5#.VIraNdLF-DQ> (acesso em 11/12/2014).

²⁷ Idem.

²⁸ Cf. "Comando Militar do Leste começa amanhã a substituir tropa da Força de Pacificação no Alemão". In: Gazeta On-line. Disponível em: http://gazetaonline.globo.com/ conteudo/2011/05/noticias/minuto_a_minuto/nacional/849463-comando-militar-do-leste-comeca-amanha-a-substituir-tropa-da-forca-de-pacificacao-no-alemao.html

Infantaria Motorizada comandada pelo general Otávio Santana Rêgo Barros. E assim segue a substituição de poderes para garantia da lei e da ordem. A cada substituição das tropas, a *Operação Arcanjo* é atualizada conforme o número da troca: Arcanjo II, Arcanjo III, Arcanjo IV e assim respectivamente.

Para o secretário de Segurança do Rio, José Mariano Beltrame, a parceria com o Exército, dentro desse período, é importante por permitir “devolver policiais ao interior [das favelas], nos permite fazer alguns remanejamentos, nos permite botar essas tropas em estágio em outras UPPs e atender o Alemão”²⁹.

E um balanço referente aos últimos 12 meses de intervenção militar nos dois complexos, foi levantado que manter a Força de Pacificação custou ao governo federal R\$ 216 milhões. Sobre o mesmo período, Beltrame afirma, em entrevista, que os índices, como o de criminalidade, expressa a melhoria de vida das comunidades locais e lamenta os chamados “incidentes”:

Se olharmos para trás, se caminhou muito, mas se olharmos para frente ainda há muito o que fazer. (...) Garantir que nada vai acontecer é impossível. As coisas estão boas ou ruins em relação a um determinado tempo. Se olharmos agora com o que era há um ano, tenho certeza que está muito melhor. Mas aquilo que se pretende, que é a diminuição ou nada de ruim aconteça, é uma meta a ser alcançada, e essa perseguição é eterna por melhoria de índices de criminalidade. Se olharmos para trás, se caminhou muito, mas se olharmos para frente ainda há muito o que fazer (Beltrame, 2011)³⁰.

Antes da saída das Forças Armadas do Alemão e da Penha, inicialmente prevista para o segundo semestre de 2011 e prorrogada para o meio de 2012 porque a Polícia Militar não conseguiu formar policiais suficientes para a implantação das UPPs, os complexos de favelas passaram por uma grande operação formada por militares do Exército, policiais do Bope e do Batalhão de Choque. Foi uma espécie de “varredura” que visava acabar com o poder do tráfico de drogas e “preparar o terreno”, de forma gradativa, para a instalação das UPPs nas regiões.

Em março de 2012 iniciou o processo de retiradas das tropas dos dois complexos de favelas e as UPPs foram sendo instaladas nas regiões. No dia 18 de abril, foi

²⁹ Folha de S. Paulo. Cotidiano, ed. 08/09/2011. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2011/09/972175-complexo-do-alemao-tera-upp-a-partir-de-marco-diz-secretario.shtml> (acesso em 11/12/2014).

³⁰ Folha de S. Paulo. Cotidiano, ed. 28/11/2014. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2011/11/1013401-complexos-do-alemao-e-da-penha-passarao-por-varredura-no-rio.shtml> (acesso em 11/12/2014).

inaugurada a UPP Nova Brasília e a UPP Fazendinha, em 11 de maio a UPP Adeus/Baiana e em 30 de maio a UPP Alemão. Contudo, somente a partir do dia 09 de julho todas as tropas militares foram retiradas. Na cerimônia que marcou a entrega da segurança do Complexo do Alemão e da Penha às polícias militar e civil do estado do Rio, O ministro da Defesa, Celso Amorim, elogiou hoje o trabalho realizado pelo Exército Brasileiro na chamada pacificação dos complexos, afirmando que “esse trabalho encheu de alegria toda a população brasileira, que pôde assistir um exemplo de dedicação, de devoção à causa pública” (Celso Amorim, 2012)³¹. Na mesma fala, disse ainda sobre o que deve vir depois dos 19 meses de intervenção militar nas regiões: “É preciso que haja uma atividade econômica permanente que permita a essas pessoas vencerem a situação de pobreza e marginalização que, em grande medida, foi responsável pelo crescimento da criminalidade” (idem).

Em um levantamento feito pelo G1 (site de notícias do Grupo Globo)³² em agosto de 2012, uma série de depoimentos de oficiais que comandaram as Operações Arcaño sinalizam que a missão na cidade do Rio de Janeiro foi mais difícil do que a feita no Haiti. Sobre a operação, o coronel Mário Sérgio afirma que

O Exército fez um trabalho importantíssimo para manter a tranquilidade pública lá. Penso que o benefício foi duplo. A população ganhou em poder ficar em paz e ainda gozar de convívio próximo com o seu Exército, enquanto que os militares agregaram conhecimentos novos. (...) Mesmo o Exército não tendo tido uma atuação na esfera policial ‘desmanteladora’ de esquemas sutis criminosos que existem lá, já que seu aparelhamento não é para isso, foi pleno de sucesso na manutenção da paz social (Mário Sérgio, 2012)³³.

O levantamento também mostra que, desde 2010, militares foram colocados nas ruas em variadas situações, como, por exemplo, durante a greve das polícias no Nordeste (Bahia, Rondônia, Tocantins, Ceará e Maranhão). Na época, já se previa o uso militar interno do Exército, o que pode ser constatado também pela solicitação do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) por apoio militar durante as eleições.

³¹ Cf. "Trabalho do Exército no Complexo do Alemão é exemplo de devoção à causa pública". In: Defesa Net. Disponível em: <http://www.defesanet.com.br/mout/noticia/6681/AMORIM---Trabalho-do-Exercito-no-Complexo-do-Alemao-e-exemplo-de-devocao-a-causa-publica/> (acesso em 11/12/2014).

³² Cf. "Para Exército, ocupar Alemão é mais difícil que guerra e missão no Haiti". In: G1. Disponível em: <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2012/08/para-exercito-ocupar-alemao-e-mais-dificil-que-guerra-e-missao-no-haiti.html> (acesso em 11/12/2014).

³³ Idem.

No final de março de 2015, a intervenção militar, como a ocorrida nos complexos do Alemão e da Penha, é repetida no Complexo da Maré. Por conta da localização do complexo de favelas, situada entre o aeroporto internacional e o centro da cidade, além de estar próxima às principais avenidas expressas (Linha Vermelha, Linha Amarela e Avenida Brasil), a Maré era considerada um ponto estratégico para o tráfico de drogas ilegais e, por isso, entendida pela atual política de segurança da cidade como uma região problemática que deveria ser enfrentada. O controle dessas favelas também era indicado como fundamental à garantia do deslocamento seguro dos turistas aguardados para o mundial.

A intervenção na região, denominada *Operação São Francisco*, foi antecipada pelas autoridades responsáveis (neste caso, pelo governo estadual de Sérgio Cabral e federal de Dilma Rousseff) à convocar às Forças Armadas para exercer o papel de polícia nas favelas da Maré. Dois argumentos aparecem na busca de justificar a ocupação antecipada, o que ocorria em mais tempo ou menos tempo, embora o Governo do Estado ratifique que a ocupação estava programada para a data. De um lado, entende-se como estratégia calculada das autoridades para controlar uma região considerada fundamental à segurança na Copa. Por outro lado, a antecipação seria resultado de ação por parte de um governo assustado com uma série de ataques à polícia (primordialmente os ataques às UPPs de Manguinhos e Camarista Méier)³⁴ e de manifestações contra a copa que ocorriam com frequência na cidade do Rio de Janeiro.

Foram mais de 1.000 integrantes das forças policiais do Rio de Janeiro, especialmente do Bope, recebendo apoio de 21 blindados de transporte de tropas e embarcações da Marinha, que participou da ação prestando apoio logístico. Segundo a Secretaria de Estado de Segurança do Rio de Janeiro, a operação foi concluída em 15 minutos, sem resistência. Poucos dias depois, os policiais militares foram substituídos por cerca 450 fuzileiros navais e 2.100 militares da tropa de Brigada Paraquedista, uma das quatro principais unidades de elite do Exército no país e já foi na intervenção do Complexo do Alemão, nos colégios eleitorais das favelas da cidade e em outras ocasiões durante a chamada *missão de paz* da ONU no Haiti. Os militares contaram com o auxílio de 200 PMs. Está FPaz conta com a coordenação do general Roberto Escoto.

³⁴ Cf. "Criminosos atacam quatro UPPs e ferem chefe da base de Manguinhos". In: *O Globo*. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/criminosos-atacam-quatro-upps-ferem-chefe-da-base-de-manguinhos-11938748> (acesso em 11/12/2014).

Para evitar conflitos entre moradores e Forças Armadas, militares têm procurado moradores, em especial presidentes de associações e outras pessoas consideradas influentes nas favelas, para conversar e atrair o morador para ser parceiro no patrulhamento que realizam. Em algumas situações, jipes com alto-falante foram usados para percorrer as ruas e pedir colaboração das pessoas para que pratiquem a delação. Um canal especialmente para esta prática foi criado, o Disque Pacificação. Segundo porta-voz da Força de Pacificação, o major Alberto Horita, o “esse número serve para estreitar os laços entre a comunidade e a Força de Pacificação, de modo que a comunidade participe e contribua com informações úteis, bem como com denúncias sobre o crime e sobre excessos que porventura nossa tropa possa cometer”³⁵.

Inicialmente, a previsão para a saída dos militares era até 31 de julho, quando uma avaliação foi feita e o prazo foi estendido até as eleições. Após as eleições, o prazo foi novamente modificado, propondo a saída das tropas que continuam na Maré para dezembro de 2015. No entanto, no final de novembro, o governador do Rio de Janeiro Luiz Fernando Pezão afirmou enviar nova solicitação à presidente Dilma Rousseff e ao ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, para a permanência do Exército no Complexo da Maré sem especificar até quando quer a presença dos militares na favela.

Estas intervenções realizadas nos complexos do Alemão, Penhas e Maré possuem aspectos similares, tanto na forma como foram articuladas e realizadas, quanto a como isto é anunciado à população – ambas foram intensamente divulgadas pelos meios de comunicação e se tornaram grandes espetáculos, onde o “bem ataca o mal”. De modo geral, posteriormente à dominação de cada um desses territórios, fica explícito, principalmente pela colaboração da mídia, que essa modulação de segurança é tida como um “caso de sucesso”³⁶ por comentaristas, jornalistas e pesquisadores; e aprovada³⁷ por grande parte da população que vive em favelas que possuem UPP. Sobre

³⁵ Folha de S. Paulo. Cotidiano, ed. 16/04/2014. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/04/1441831-militares-lancam-servico-para-receber-por-telefone-denuncias-na-mare.shtml> (acesso em 12/12/2014).

³⁶ Apesar dos méritos do Programa ser constantemente atribuídos ao Secretário de Segurança José Mariano Beltrame, no cargo desde 1º de janeiro de 2007 (tempo recorde de ocupação deste cargo), vale lembrar que a articulação da atual estratégia de pacificação já fora estruturada em outro momento de maneira semelhante, com o projeto articulado no Brasil em 2007 pelo PRONASCI (Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania), denominado Territórios de Paz.

³⁷ Para situar alguns exemplos dessa aprovação, uma pesquisa revelou que na favela Santa Marta, 87% dos entrevistados apoiavam as ações da polícia. Já na Cidade de Deus, o índice chegou a 93%. Disponível em: http://www.upprj.com/index.php/o_que_e_upp (acesso em 04/12/2014).

o uso das Forças Armadas nessas operações chamadas de pacificação, 96% das pessoas que votaram em uma enquete on-line feita pela Folha de S. Paulo em 2010 são a favor da intervenção militar nas favelas do Rio de Janeiro (ver: <http://polls.folha.com.br/poll/1033004/results>).

Na linguagem militar, a violência usada contra moradores e as incontáveis mortes que ocorrem em meio a uma ocupação como essas realizadas nos complexos do Alemão, Penha e Maré são tidas como incidentes do itinerário corriqueiro militar, ou ainda, como efeito colateral da aplicação de uma chamada solução que pretende a cura e normalidade de uma sociedade. Deste modo, as reformas do reformado seguem à tona, dando continuidade ao um vaivém que estabelece a segurança como prerrogativa do desenvolvimento social e econômico das populações que vivem nas margens das cidades. A reforma atual chama- *política de pacificação; é guerra continuada por outros meios* que gera confiança àqueles que não habitam as favelas no país. Amarildos, Cláúdias, Douglas... desaparecimentos, torturas e execuções seguem com o consentimentos de muitos. E a intervenção militar, como instrumento legal, torna-se um caso de sucesso a ser replicado *ad infinitum* em qualquer situação que ameace à lei e à ordem, este é o programa que governa.

Bibliografia

Ministério da Justiça (2012). *Planejamento Estratégico de Segurança para a Copa do Mundo FIFA Brasil 2014*. Brasília: Governo Federal. Disponível em:

[http://www.conectas.org/arquivos/editor/files/PlanejamentoEstrategicoSESGE%20\(2\).pdf](http://www.conectas.org/arquivos/editor/files/PlanejamentoEstrategicoSESGE%20(2).pdf)

Ministério da Justiça e Ministério da Defesa (2013). *Planejamento Estratégico de Segurança Pública e Defesa para a Copa do Mundo FIFA Brasil 2014*. Brasília: Governo Federal. Disponível em:

<http://www.seguranca.mt.gov.br/UserFiles/File/ASSCOM/Plano%20Estrategico%20SESGE.pdf>

Leis e decretos consultados

Lei Complementar nº 97 de 9 de junho de 1999.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp97.htm#art15i

Lei Complementar nº 117 de 2 de setembro de 2004.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp117.htm#art15

Lei Complementar nº 136 de 25 de agosto de 2010.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp136.htm

Decreto n. 6.703/2008 de 18 de dezembro de 2008. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/Decreto/D6703.htm

Lei Complementar nº 136 de 25 de agosto de 2010.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp136.htm

Decreto nº 7.538 de 1º de agosto de 2011. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7538.htm

Decreto 42787/2011 de 06 de janeiro 2011. Disponível em:

http://www.normasbrasil.com.br/norma/decreto-42787-2011-rj_158962.html

Anexos

01. Segurança Pública e Defesa



SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA

R\$ **1,9** BILHÃO

INVESTIMENTO
TOTAL

14 CENTROS INTEGRADOS DE COMANDO E CONTROLE (2 NACIONAIS E 12 REGIONAIS) E AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E SISTEMAS

INVESTIMENTO

R\$ **782** MILHÕES

Integração de instituições e sistemas

INVESTIMENTO

R\$ **75,2** MILHÕES

Controle dos pontos de entrada no país

INVESTIMENTO

R\$ **313** MILHÕES

Aquisição de equipamentos, capacitação, campanhas e treinamentos

INVESTIMENTO

R\$ **313,1** MILHÕES

Defesa aeroespacial, controle do espaço aéreo e emprego de helicópteros

INVESTIMENTO

R\$ **113,4** MILHÕES

Segurança cibernética; defesa química, biológica, radiológica e nuclear; e combate ao terrorismo

INVESTIMENTO

R\$ **211,7** MILHÕES

Defesa marítima e fluvial, de estruturas estratégicas, fiscalização de explosivos e preparo de forças de contingência

INVESTIMENTO

R\$ **70,7** MILHÕES

Comando e controle

Portal da Copa - www.copa2014.gov.br

Disponível em: <http://www.copa2014.gov.br/pt-br/brasilecopa/seguranca>